

## COLETIVO DE INCIDÊNCIA POLÍTICA COMPARTILHADA - 2024

### 1. Apresentação

O Coletivo de Incidência Política Compartilhada reúne organizações, movimentos e pastorais sociais objetivando colocar suas expertises e potencialidades em colaboração mútua a fim de ampliar suas capacidades coletivas de influenciar em pautas estratégicas nos contextos jurídicos, legislativos e executivos.

Estas pautas estratégicas são selecionadas a partir da vocação e da missão de cada organização que constitui este coletivo, em perspectiva direta com sistemáticas análises de conjuntura dos contextos anteriormente citados, destacando as emergências do cenário atual, sem abdicar da expectativa de transformações estruturais mais profundas em nossa sociedade.

A necessidade de tais transformações ofertam o horizonte pelo qual este coletivo pauta suas ações, a saber: o Cuidado da Casa Comum; a salvaguarda do Estado Democrático de Direito, a Garantia dos Direitos Fundamentais e o apoio à garantia de direitos daqueles segmentos mais vulnerabilizados de nossa população. A partir disto, delimita-se a ideia de que promover incidência política significa atuar, sob a perspectiva humanista e da doutrina social da igreja, na construção do Bem Comum e da dignidade humana, buscando, em última análise, transformar as estruturas das injustiças socioambientais que permeiam nosso país.

Tal coletivo, constituído em 2021, atualmente é composto pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), Rede Igrejas e Mineração, Cáritas Brasileira, Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Comissão Episcopal Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano. (CEPETH), Pastoral Carcerária (PCr), Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), Pastoral Nacional da Moradia e Favela e a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora (CNBB).





## 2. Modo de Proceder

No início de cada semestre tais organizações realizam um seminário nacional de formação, análise de conjuntura e planejamento, reavaliando os objetivos traçados para o referido período, promovendo possíveis correções de rotas e atualizando estratégias. Tais seminários definem agendas estratégicas que estarão no foco deste coletivo ao longo dos seis meses subsequentes. Destes seminários semestrais deriva-se uma agenda ordinária mensal de reuniões virtuais, a fim de manter o grupo conectado e operativo.

Além disto, prima-se pela capacidade de colaboração com demais organismos de dentro e de fora da igreja que partilham os mesmos valores e atuam igualmente na incidência política. Neste cenário é fundamental destacar o envolvimento direto do Coletivo de Incidência Política Compartilhada com a organização e os compromissos assumidos pela da 6ª Semana Social Brasileira e da mesma forma, a interligação comprometida das organizações que constituem esse coletivo com as temáticas referentes as Campanhas da Fraternidade, Campanha “A vida por um fio”, Campanha “Pelo fim da violência no campo”, do Projeto Encantar a Política e a efetivação do Mutirão pela Democracia, assim como o recorrente uso que fazem das Análises de Conjuntura promovidas pela CNBB, periodicamente.

De maneira pragmática, a atuação deste coletivo nos campos jurídicos, legislativos e executivos se dá pelo acompanhamento sistemático das pautas prioritárias e suas tramitações, a partir da capacidade e expertise de cada organização que, frente a respectiva demanda, toma a frente das ações, de forma a ser apoiada e acompanhada pelas demais.

Na atualidade este coletivo conta com uma articuladora dedicada 12 horas semanais para o acompanhamento das pautas prioritárias e participação em audiências e reuniões estratégicas, carecendo ainda de profissional dedicada a comunicação e a assessoria jurídica, contando, no momento com disponibilidade de profissionais destas áreas que atuam nas organizações partícipes.

## 3. Breve Histórico de atuação

Ao longo dos anos de 2022 e 2023 tal Articulação debruçou seus esforços majoritariamente no contexto legislativo, priorizando os referidos enfoques: povos

originários, meio ambiente, disputas por terra, violência e conseqüentemente, porte de arma da população civil e criminalização dos movimentos sociais.

Para tanto, foram acompanhadas as Comissões e Frentes Parlamentares referentes a CPI do MST, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Amazônia, Povo Originários e Direitos Humanos, Frente Ambientalista, Grupo de Parlamentares Fratelli Tutti, além de reunião com Judiciário e Audiência Pública no Ministério da Justiça sobre os temas carcerários e sobre Violência no Campo.

Neste universo de ações destacam-se como pautas de maior envolvimento o Marco Temporal através de notas públicas, agendas com parlamentares, apoio à manifestações; o Mercado de Carbono, sob o qual se promoveu uma formação virtual ampliada para lideranças e comunidades, apoiando também o debate dentro da Frente Ambientalista e a produção de conteúdo de sensibilização da sociedade em geral; a CPI do MST, com acompanhamento sistemático, articulação com o movimento, reuniões de estratégias e produção de conteúdo; e a CPI das ONG, com acompanhamento de forma mais indireta.

#### **4. Planejamento Estratégico 2024**

Para o Planejamento estratégico de 2024 a Incidência Compartilhada contou com auxílio do Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais (CAIS). O CAIS foi criado no ano de 2007 por um coletivo de ativistas comprometidos com questões sociais e envolvidos em atividades de assessoria a grupos movimentos populares, que tem como missão contribuir com o fortalecimento das Organizações Sociais na perspectiva da defesa dos direitos e da transformação social.

Ao longo deste planejamento se procedeu com uma análise de conjuntura a partir da avaliação das ações prioritárias do ano anterior, avançado para a atualização de temas prioritários para cada uma das organizações em 2024. Após este exercício se ponderou o cenário político, compreendendo-se coletivamente que algumas pautas estão mais favoráveis à incidência no legislativo, mas outras no executivo e no judiciário, e que, portanto, devemos estar atentos as possibilidades de incidência em todos os poderes a partir de uma análise específica de cada prioridade.

Também se dialogou sobre os diferentes campos onde se pode promover uma incidência: na política pública, na opinião pública, na forma de fazer das pessoas e organizações, nos meios de comunicação, nas organizações do terceiro setor, e no setor privado.

Detalhando estes elementos tratou-se da importância de um sistema partilhado de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA): “Um bom sistema de PMA ajuda definir os objetivos de um projeto com maior clareza e participação, considerando os desafios, mas também as potencialidades. Ajuda a visualizar e escolher as melhores estratégias para impulsionar as mudanças pretendidas. E possibilita monitorar e avaliar os avanços alcançados e re-planejar as ações com maior firmeza” (CAIS, 2023).

Por fim, dentro deste planejamento estratégico dialogou-se também sobre a importância de se compreender o universo de atores, como os aliados, os parceiros e os opositores, assim como as fortalezas e as vulnerabilidades de cada pauta e narrativa.

A escolha dos temas e eixos para o planejamento estratégico de 2024 foi realizada a partir do Seminário, momento em que foi detalhada a conjuntura política e social, levando em consideração as ações prioritárias e os resultados alcançados nos anos anteriores. O processo envolveu uma ampla consulta e discussão entre os membros da articulação, com o apoio técnico do CAIS, para identificar as áreas de maior impacto e relevância para a incidência política e social. Esta abordagem permitiu alinhar as prioridades com as oportunidades de incidência nos diferentes poderes e esferas, garantindo uma estratégia mais eficaz e integrada para alcançar os objetivos desejados.

#### 4.1

#### Eixos

#### Prioritários

Tema	Foco e Detalhamento
Garantia do território	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Marco temporal, (<a href="#">Nota do Cimi: Povos indígenas só terão paz em seus territórios quando Lei 14.701 for tornada inconstitucional   Cimi</a>)</li> <li>2. Marcos regulatórios da questão agrária e fundiária (<a href="#">Marcos regulatórios da agricultura sustentável no Brasil</a>)</li> <li>3. Combate à violência no campo <a href="#">OLMA lança Informe Síntese sobre Conflitos Socioambientais no Brasil 2016-2022 / A Comissão Pastoral da Terra (CPT) torna públicos os dados de conflitos ocorridos no campo no Brasil no ano de 2023</a></li> <li>4. Acordo Escazu, (<a href="#">20240325---Carta-Escazú-(FINAL-em-Português).pdf (terradedireitos.org.br)</a>)</li> <li>5. Licenciamento ambiental (<a href="#">Senado analisa Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Agência Senado 09/02/2024</a>)</li> </ol>
Projetos de alto impacto negativo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mineração e extração de petróleo e madeira, (<a href="#">Exploração de combustíveis fósseis na foz do Amazonas é de impacto ambiental máximo, avalia IBAMA - ClimaInfo 1º/02/2024</a> )</li> <li>2. Monocultura e agrotóxicos (<a href="#">Agronegócio favorece desequilíbrio ambiental e climático - Brasil de Fato 23/11/2023</a>)</li> <li>3. Energias renováveis: eólicas (offshore), economia verde (hidrogênio, crédito de carbono). <a href="#">Avaliação de eólicas offshore no Brasil - IPEA "Revista Tempo Do Mundo"</a></li> </ol>
Apoio às demandas específicas das pastorais, coletivos e grupos sociais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dignidade humana nos cárceres e assegurar assistência religiosas (<a href="#">Pastoral Carcerária critica projeto que pode abolir saída temporária de presos em semiaberto - Brasil de Fato</a> )</li> <li>2. Violação de Direitos Humanos (violações dos direitos humanos: Trabalho Escravo, tráfico humano, Mobilidade Humana e migração).</li> </ol>

4.2. Mapa de Incidência -

Prioridade/ Mapa	Pauta	N. PL, Matéria, processo:	Nosso Objetivo	Lugar Atual (Executivo, legislativo, judiciário, detalhes)- situação atual	Aliados	Parceiros	Opositores	Estratégia
Garantia do território	Marco temporal CIMI	Lei <a href="#">14.701/2023</a> <a href="#">PEC 50/2023</a>	Derrubar ela no STF	PEC 50/2023 - Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designado Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) em 22/04/2024.				
	Marcos regulatórios da questão agrária,  Marco regulatório das Comunidades Tradicionais  <b>CPT</b>	<a href="#">PL 2.633/2020</a> <a href="#">PL 510/2021</a>		PL 2633/2020 - De autoria da Câmara está no Senado Federal, designado para relatorias na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Meio Ambiente em 14/11/2023. PL 510/2021- De iniciativa do Senador Irajá (PSD/TO), o projeto ainda está na câmara alta. A última situação ocorreu em 14/11/2023, matéria com o elator: Senador Marcos Rogério (PL/RO).				
	Combate a violência no campo <b>CPT</b>	<a href="#">PL 563/22</a> <a href="#">Lei 9.807/99</a>	PL - Criminalização: Barrar no Senado	<a href="#">Lei 9.807/99</a> não consta revogação expressa, está em vigor.	X			

		PL da Criminalização - adicionar						
	Acordo Escazu, OLMA	<a href="#">MSC 209/23</a>		De autoria do poder executivo, está pronta para entrar na pauta de votações na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara.				
	Licenciamento ambiental  OLMA	<a href="#">PL 2.374/2020</a> <a href="#">PL 2.159/2021</a>	Avançar com a <a href="#">PEC 504/2010</a>	<p><a href="#">PL 2.374/2020</a>- O projeto é de autoria do Senador Irajá (PSD/TO), está na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria está com o Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Em 09/08/2023 a matéria foi retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame.</p> <p>PL 2.159/2021 - De autoria da Câmara está no Senado Federal, Está pronta para ser pautada na Comissão de Meio Ambiente, porém das últimas vezes que entrou em pauta foi retirada. A última vez foi em reunião realizada em 13/12/2023</p>				Avançar com o <a href="#">PL 2.633/2020</a>

Projetos de alto impacto negativo	Mineração e extração de petróleo e madeira, <b>Pe. Diário</b>	Decreto nº 10.116 de 19/11/2019		Não consta revogação expressa, está em vigor.				
	Monocultura e agrotóxicos, <b>CBJP</b>	<a href="#">PL 1.459/22</a> <a href="#">Lei 14.785/23</a>		Projeto de Lei nº 1459, de 2022 , na Câmara PL 6299/2002 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), foi transformado na Lei nº 14.785 de 27/12/2023. Sobre a <a href="#">Lei 14.785/23</a> não consta revogação expressa, está em vigor.				
	Energias renováveis: eólicas (offshore), economia verde (hidrogênio, crédito de carbono). <b>CPP</b>	PL 290/2020 - <a href="#">PL 2148/2015</a>		O PL 290/2020 foi arquivado.  São 11 projetos de lei, apensados ao PL 2.148/2015. Está novamente no Senado Federal, a última atualização foi a Apresentação da EMP n. 14 PLEN (Emenda de Plenário a Projeto com Urgência ), pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP).				
Apoio às demandas	Dignidade humana							

especificas das pastorais, coletivos e grupos sociais	nos cárceres e assegurar assistência religiosas							
	3. Violação de Direitos Humanos (violações dos direitos humanos: Trabalho Escravo, tráfico humano, Mobilidade Humana e migração). Alessandra e Ozania							



4.3. Proposta de Plano de ação:

ATIVIDADE/MÊS	maio	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	Dez
<b>EIXO ORGANIZATIVO</b>										
Reuniões mensais	10/03	02/04	14/05	04/06	16 (10:00) e 17/07 (16:00) seminário interno.	12/08 14h00 às 16h -Presencial ou híbrida  E Mesa de diálogo com o executivo -	09/09 14h00 às 16h	08/10 14h00 às 16h	18/11 às 14h às 16h	12 e 13/12
Plano de comunicação (com folder institucional e outras estratégias) O que iremos comunicar de forma estratégica? O que faremos de diferente? Como iremos comunicar? Como fazer incidência de comunicação?  - Combinar com Cláudia para nos apoiar nos debates - Convite a todos nossos comunicadores - Convite Retratação			X	X		Iremos conversar sobre nesta reunião.	-Debates sobre orçamento  Populorum Progressio  Pontifícia Comissão para a			

							américa latina			
<b>EIXO FORMATIVO</b>										
Textos sobre incidência					X		X		X	
Encontros formativos virtuais sobre temas principais				X		X		X		
Seminário Nacional aberto sobre incidência									X	12 e 13/12
<b>EIXO DE ACOMPANHAMENTO E INTERVENÇÃO</b>										
Acompanhamento das PLS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhar a Frente Parlamentar ambientalista	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhar a Frente parlamentar direitos indígenas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Participar do CNDH e subcomissões	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ação coordenada sobre o Movimento Escazú brasil						X				
Somar com Encantar a Política (retomar o encontro entre pastorais)	X	X	X	X	X	X	X			
Acompanhar e somar na Campanha a Vida por um fio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apoiar na divulgação do Caderno de Conflitos no Campo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apoiar na divulgação do Relatório de violência contra povos indígenas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Audiência no aniversário da <i>Fratelli Tutti</i>									x	
Conferência do Clima - Conferência Livre										
Audiência Pública/Comissões Temáticas/Gabinetes/Mobilização popular										
Mesa de diálogo com o executivo										

Acompanhar as Comissões: Meio Ambiente, Amazônia e Povos Tradicionais, Direitos Humanos e Minorias, Agricultura, Agricultura e Reforma Agrária, Relações Exteriores e de Defesa Nacional.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--

Localizar o andamento do marco regulatório das comunidades tradicionais – MUDAR PARA EIXO DE ACOMPANHAMENTO E INTERVENÇÃO

#### **4.4 Método de Acompanhamento das comissões, frentes parlamentares e demais espaços estratégicos:**

Participação das reuniões físicas e virtuais de cada um destes espaços, priorizando aqueles que estarão com pautas específicas de nossos interesses, gerando pequeno relatório mensal, assim como, sempre que possível, de maneira antecipada a agenda destes encontros.

##### Deliberar no coletivo que representará em cada espaço:

Acompanhamento das PLS: Isabelle

Acompanhar a Frente Parlamentar ambientalista: Isabelle

Acompanhar a Frente parlamentar direitos indígenas: Isabelle

Participar do CNDH e subcomissões: Isabelle

Ação coordenada sobre o Movimento Escazú Brasil: Isabelle e Dário

Somar com Encantar a Política: Daniel Seidel

Acompanhar e somar na Campanha a Vida por um fio: Padre Dário

Campanha de Conflitos no Campos – Vida por um fio: CPT e

6 Semana Social Brasileira: CPP

Acompanhar as Comissões: Meio Ambiente, Amazônia e Povos Tradicionais, Direitos Humanos e Minorias, Agricultura, Agricultura e Reforma Agrária, Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

5. Compromissos assumidos que estão em diálogo com a 6 Semana Social Brasileira:

Eixo da 6 Semana	Objetivos de Incidência com confluência
<b>TERRA E TERRITÓRIO</b>	
Mineração	Formação sobre Direitos Humanos e incidência política.
	Ampliação das denúncias sobre crimes, corrupção e ilegalidades
	Construir estratégia de proteção, defesa e salvaguarda de lideranças e defensores socioambientais
Agronegócio	Defender a agroecologia e os Direitos da Natureza
	Apoiar os movimentos sociais que lutam pelo direito a terra
	Apoiar fortalecimento das legislações ambientais
Invasão dos territórios Tradicionais	Luta pelo reconhecimento das comunidades e demarcação das terras.
	Revogação do Marco temporal
Exploração de recursos naturais	Articular discussões sobre a problemática junto a sociedade civil organizada e instituições de ensino e pesquisa.
	Encaminhar denúncias e representações aos órgãos de fiscalização
Crimes Ambientais	Propor um modelo de transição energética justa, popular e participativa.
	Incidir em projetos e leis que apoiem a convivência com os biomas.

<b>TETO E MORADIA</b>	
Especulação Imobiliária	Fortalecer a Campanha despejo zero
Direitos Humanos	Combater o machismo e o racismo estrutural
<b>TRABALHO</b>	
Precarização	Apoiar a agricultura familiar e a econômica solidaria
	Formação sobre Direitos Trabalhista
Trabalho Escravo	Formação para trabalhadores identificarem situações